

RECORDAÇÕES E REFLEXÕES POLÍTICAS DE UM MILITAR APOLÍTICO*

A verdadeira Revolução de 1964

JOÃO CARLOS GONÇALVES CAMINHA**
Vice-Almirante (Ref³)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- A Revolta da Armada
- A Revolução de 1930 (I)

O PASSADO

- A Revolução de 1924
- A Revolução de 1930 (II)
- O integralismo e a Constituição de 1934
- A Segunda Guerra Mundial
- O Golpe de 1945 – A deposição de Getúlio Vargas
- O suicídio de Getúlio Vargas
- Os “remendos políticos”
- Juscelino, Presidente da República
- A renúncia de Jânio Quadros
- João Goulart, Presidente da República – As origens da Revolução de 1964

E O FUTURO?

- Anexo A – Trechos do livro *A rebelião dos marinheiros*
- Anexo B – Cartas enviadas de Newport News

* N.R.: O texto desse artigo foi escrito em 1999.

** NR.: O Almirante Caminha é autor de vários trabalhos e livros sobre estratégia e história e colabora com inúmeros e importantes jornais paulistas. É autor do romance *A bordo do Barbacena*, mais de 300 páginas de leitura amena e interessantíssima que, na realidade, é em si mesmo quatro excelentes manuais: de liderança, de estratégia, de tática e de marinharia. (Ver comentário na RMB – 3^o trim/1994 p. 215 e p. 328).

INTRODUÇÃO

É esta a primeira vez que escrevo um artigo empregando a primeira pessoa.

E escrevo sobre um assunto que muito me desagrada: política interna do Brasil.

Assim o faço por duas motivações.

Em primeiro lugar o chorrilho de mentiras e de sandices publicado pela mídia, sob controle da esquerda, em relação à Revolução de março de 1964.

Em segundo lugar o depoimento do Presidente Geisel, publicado sob forma de livro, há três anos, no qual ele não esconde o seu desdém pelos 70 ou 80 por cento dos militares que “não têm opinião formada, sempre procurando ficar no seu trabalho diário, na sua rotina”. Ainda no seu depoimento, o ex-presidente usa a palavra “amorfo” para designar a essa grande maioria dos militares.

Confesso que me vejo perfeitamente enquadrado nesses 70 ou 80 por cento; pelo menos no que diz respeito em me manter totalmente dedicado ao meu trabalho profissional. Mas, por outro lado, não vejo como amorfos os que têm repugnância em usar seus galões na defesa de suas convicções políticas.

Quanto a ter opinião formada sobre o que ocorreu no Brasil e nas Forças Armadas durante os meus anos de serviço ativo, sempre a tive.

Prefiro, portanto, defender a tese de que são os 70 ou 80 por cento dos militares apolíticos (mas não amorfos) que garantem a estabilidade e a legalidade tanto nos países civilizados como nos países sujeitos a instabilidade políticas.

Ao contrário do militar “politizado”, o militar “apolitizado” é capaz de engolir suas convicções políticas mais enraizadas em benefício do serviço e da manutenção da disciplina e da hierarquia. Assim o oficial apolítico dá uma importância à união das Forças Armadas que nem sempre o oficial politizado o faz.

No fundo sempre vi perigo de guerra civil onde os militares se deixam empolgar pela política doméstica.

A Revolta da Armada

Para mim a Revolta da Armada em 1893 não foi apenas um desastre para a Marinha e para o Brasil, mas também um episódio que não precisaria ter ocorrido. Nasceu das artimanhas de um militar chegado à Presidência da República por acaso e do inconformismo

de alguns almirantes politizados, como Custódio de Mello e Wandenkolk.

Os Almirantes Leoncio Martins e Mário Hermes, nos seus escritos lúcidos e imparciais, tem-nos dado uma visão clara daqueles dias de triste memória.

Muitas vezes me perguntei de que lado teria eu ficado se fosse

oficial de Marinha em setembro de 1893. Talvez eu tivesse aderido à Revolta antes por espírito de classe do que por admiração ao Almirante Custódio de Mello (Dilema que sem dúvida atormentou ao Almirante Saldanha, o mais nobre personagem daquele quadro sombrio de nossa era).

A Revolução de 1930 (I)

Levando a dúvida para a Revolução de 1930, tenho a impressão de que me mantinha legalista mesmo tendo a República Ve-

lha na pior conta e mesmo que tivesse votado em Getúlio Vargas numa eleição possivelmente fraudada.

No fim, a República Velha acabou quando militares apolíticos concluíram que o preço da manutenção de um sistema corrompido, embora legal, seria uma guerra civil de proporções desconhecidas.

Na comparação entre almirantes e generais politizados e apolíticos, devo dizer que entre um Tamandaré e um Custódio de Mello, entre um Frontin e um Alexandrino, entre um Mascarenhas de Moraes e um Góis Monteiro, entre um Câmara e um Pena Botto, entre um Castello Branco e um Geisel, as minhas simpatias ficam com os citados em primeiro lugar.

O PASSADO

A Revolução de 1924

Acredito que pelo menos uma parte da minha aversão aos políticos e aos oficiais politizados seja resultado do ambiente familiar em que fui criado. Com efeito, tendo eu apenas um ano de idade, fui retirado a força das areias da Praia de Copacabana e despachado, com urgência, para a casa de minha tia em São Cristóvão.

Tudo porque naquele ano de 1924 meus pais se alarmaram perante a possibilidade de ocorrer um duelo de artilharia entre o Encouraçado *São Paulo*, revoltado, e os fortes da entrada da barra. E assim passei algum tempo na residência do então Tenente Gastão Moutinho, ausente da casa havia algum tempo por causa da Revolução em São Paulo.

A Revolução de 1930 (II)

A segunda vez em que acontecimentos revolucionários interferiram com a vida cotidiana de minha família foi em 1930.

No começo de outubro daquele ano estava eu em Curitiba, com meus pais, passando uma temporada na casa de meus avós maternos. Íamos voltar para o Rio em poucos dias. Então eclodiu a revolução em vários estados, inclusive no Paraná. Em Curitiba, o Governador fugiu com medo de ser linchado por populares pouco felizes com sua administração. Por azar, meu pai estava em Joinville visitando uma irmã e ali a revolução ainda não triunfara. Como meu pai era gaúcho, alguém achou que ele poderia ser um enviado dos revolucionários em busca de adesões. O resultado foi ele ficar confinado ao hotel em que se achava hospedado. Correndo boatos de que estavam ocorrendo sangrentos combates nas ruas de Curitiba (o que não era verdade), meu pai, alarmado, resolveu voltar para Curitiba de qualquer maneira. Ele e um amigo arranjaram um carro e fugiram de Joinville de madrugada. Subiram a Serra do Mar debaixo de muita chuva. Já no planalto, o carro foi interceptado por uma patrulha. Mas essa era dos revolucionários. Depois de sofrer um interrogatório, meu pai prosseguiu viagem.

Chegou em Curitiba depois de umas 30 horas de viagem. Chegou todo enlameado e com muita fome. Acredito, porém, que o pior mal-estar passado por meus pais naqueles dias tenha sido causado pela notícia de que o marido de uma grande amiga de minha mãe, um oficial do Exército, havia matado com um tiro de pistola um oficial de seu quartel que se negara a aderir à Revolução.

Seguiram-se dias de grandes expectativas. Havia muito entusiasmo em Curitiba pela Revolução. Muitos estudantes apresentaram-se como voluntários para servir à Revolução. Entre eles um primo de minha mãe. O fato ficou gravado na minha memória de criança por causa do cavalo em que ele apareceu montado para se despedir de sua tia, minha avó. Fiquei fazendo compa-

nhia ao cavalo amarrado a uma árvore enquanto ele fazia as suas despedidas.

Meu avô, com a amarga experiência da ocupação de Curitiba pelos maragatos em 1894, tomou suas precauções. Logo duas carroças chegaram aos fundos da casa: uma carregada de lenha e a outra cheia de sacos de batatas, cereais e legumes. O jardineiro da casa, um polonês, recebeu ordens de aumentar ao máximo a horta e de rachar grande quantidade de lenha. Nisso ele foi em parte ajudado por mim, que estava gostando da agitação causada pela Revolução.

Então, um dia circulou o boato de que um avião legalista viria bombardear Curitiba, mas que a cidade não corria perigo por que fora instalado um canhão antiaéreo não muito longe de onde morávamos. Fiz uma longa caminhada a procura do canhão, mas não o encontrei.

Esperava-se pela batalha de Itararé, mas enquanto ela não começava, as experiências bélicas passadas eram lembradas.

Meu pai contou, então, como ainda criança de colo fora protegido por sua mãe durante os combates travados nas ruas de Alegrete, sua cidade natal, por ocasião da Revolução Federalista de 1894. Contou também como em agosto de 1914, estando na Bélgica, fora acordado pela artilharia alemã martelando os fortes em torno de Liège, cidade onde cursava a universidade. E ainda o seu retorno à Liège, já ocupada pelos alemães, usando um salvo conduto expedido pela embaixada brasileira de Bruxelas. Bem mais trágicos eram os relatos de meus avós. O marido de uma das empregadas de

minha avó fora degolado pelos maragatos depois da conquista da cidade de Lapa¹. Um amigo de meu avô, o engenheiro Gonçalves Jr., responsável pela abertura das trincheiras que haviam tão bem defendido Lapa, só não fora degolado por ter conseguido esconder-se no mato.

Os horrores daquela guerra civil não cessaram com a retirada dos revolucionários do Paraná. Os legalistas, tão cedo triunfaram, deram início a fuzilamentos sumários, como o do Barão de Cerro Azul junto à estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Por pouco, o irmão mais velho de meu avô, então um jovem pa-

dre, escapou da fúria dos vencedores. Permaneceu ele escondido algum tempo, pois os florianistas mais fanáticos achavam que ele tinha colaborado com os maragatos quando, na verdade, ele só procurara ajudar pessoas de sua paróquia. Nesse ambiente de ódios e vinganças, meu bisavô aca-

bou morrendo do coração.

Os relatos daqueles dias tenebrosos eu os escutaria outras vezes ao longo de minha vida. Mas foi, sem dúvida, durante a esperada batalha do Itararé, que eu os escutei pela primeira vez.

Por fim, a revolução triunfou sem a batalha esperada e podemos regressar para o Rio. Fomos de trem passando por São Paulo. Em sentido contrário ao nosso, passavam trens com tropas.

A Revolução Constitucionalista

Parecia que uma nova era política ia começar para o Brasil, livre dos coronéis do interior e das eleições feitas a bico-de-pena.

As grandes esperanças eram o voto secreto e o idealismo dos jovens tenentes que desde a década anterior vinham pegando em armas contra a República Velha

1 N.R.: Ver "Os militares e a política na República", na *RMB* - 4º trim./1998, p. 63 a 84 (Lapa: p. 77).

As grandes esperanças eram o voto secreto e o idealismo dos jovens tenentes que desde a década anterior vinham pegando em armas contra a República Velha.

Mas logo a realidade se apresentaria de forma bem mais complexa até para os tenentes interventores. Em 1932 ocorreu a chamada Revolução Constitucionalista, a qual, na ótica de muitos, não passava de uma tentativa de retorno ao quadro político anterior a 1930. Dessa revolução, o que mais me lembro é um avião biplano paulista sobrevoando, a baixa altura, Copacabana e lançado panfletos. Eu estava em frente ao meu colégio esperando o início das aulas. Saí correndo para pegar um dos panfletos, mas não o consegui.

O integralismo e a Constituição de 1934

Em 1934 foi elaborada uma nova Constituição (a segunda das sete ou oito que vigorariam de 1889 até os dias de hoje).

De qualquer modo, parecia que o Brasil caminhava para a consolidação da democracia.

Infelizmente, enquanto as democracias européias davam mostras de cansaço e ineficiência, doutrinas totalitárias com aparências triunfantes surgiram com vigor, em vários países, inclusive no Brasil. São dessa época os desfiles das hostes integralistas pelas ruas das cidades brasileiras. Cheguei a presenciar um em Curitiba e outro no Rio. Naqueles anos 30 não cheguei a conhecer nenhum comunista, mas sim vários integralistas, um dos quais parente meu. Esse morava em São Paulo e, seguindo suas próprias palavras, não podia escutar discursos de Plínio Salgado sem ter os olhos marejados de lágrimas. Um dia ele apareceu lá em casa vestindo uma camisa verde com o sigma na manga. Procurou convencer meu pai de que

no integralismo estava a salvação do Brasil. Encontrou sérias resistências, pois meu pai tinha passado quatro anos na Bélgica e para ele qualquer coisa de origem alemã era suspeita. Pois não fora ele obrigado a interromper seus estudos em Liège por causa da invasão alemã em 1914? E desde então, para ele, os alemães não eram simplesmente os *boches*?²

Com 14 anos de idade, limitei-me a escutar as discussões entre os dois. Não me recordo mais dos argumentos que usaram numa conversa de várias horas. Mas me lembro que, por fim, meu pai concordou em acompanhar o sobrinho numa reunião dos integralistas a ser realizada em teatro do Rio.

Voltou ele da reunião horrorizado.

Contou-me que num discurso inflamado feito perante um teatro repleto e com toda Câmara dos Quarenta presente, Plínio Salgado se comprometera a exigir, quando chegasse a ser o *Fueher* do Brasil, uma satisfação do Reino Unido pelo aprisionamento, por parte da Marinha Real britânica, de um navio mercante brasileiro.

O fato ocorrera em 1845 e até 1945 era sua intenção arrancar uma desculpa do governo de Sua Majestade. Poucos meses depois dessa reunião, Getúlio Vargas fechou o Congresso, dissolveu os partidos políticos, inclusive o Integralista, e outorgou para o povo brasileiro uma nova Constituição, a terceira da República.

O pior era que poucas semanas antes (senão me engano por ocasião dos festejos da Independência), Getúlio, em discurso, afirmara que se dirigia ao povo brasileiro pela última vez na condição de Presidente da República.

A Segunda Guerra Mundial

Dois anos depois começou a Segunda Guerra Mundial. Com a imprensa e o rádio

2 N.R.: Termo pejorativo para designar alemão.

sob controle, os acontecimentos políticos e bélicos ocorridos no exterior afogaram a precária atividade política ainda exercida no País. A terceira Constituição da República (posteriormente apelidada de *Polarca*) sequer foi submetida a plebiscito conforme prometido por Getúlio Vargas nos primeiros dias do Estado Novo.

No dia em que completei 17 anos, Getúlio Vargas, em discurso pronunciado no Encouraçado *Minas Gerais*, pregou-me um susto tremendo. Na minha qualidade de aliadófilo ferrenho, eu estava acabrunhado com a recente *débâcle*³ da França. Então, lendo o discurso de Getúlio Vargas, senti que o Brasil estava pendendo para o lado do Eixo. Na época, eu estava estudando para o exame de admissão à Escola Naval. Pensei comigo mesmo: "Agora só me falta entrar para a Marinha do Brasil e morrer no mar defendendo Adolfo Hitler!"

No ano seguinte (1941), entrei para a Escola Naval onde, para meu desgosto, encontrei um certo número de germanófilos. Lembro-me da alegria de um deles no dia em que o Encouraçado *Bismarck*, em seis minutos de combate, fez o orgulho da Royal Navy, o Cruzador de Batalha *Hood*, ir pelos ares. Como eu era calouro e o aspirante germanófilo era um troncado veterano, eu fiquei quieto na cadeira da barbearia enquanto ele falava. Vinguei-me dias depois quando chegou a notícia do afundamento do mais poderoso encouraçado alemão. Procurei ver a cara do germanófilo que tanta ira me despertara. Encontrei-o no Pátio Saldanha e passei por ele rindo, mas sem coragem de dizer porque estava rindo.

Nos quatro anos de permanência na Escola Naval, não me lembro de ninguém conversando sobre a política doméstica do Brasil. O próprio "Manifesto dos Mineiros", que é de 1943, só chegaria ao meu

conhecimento anos depois. No íntimo, como quase todo mundo, eu sentia que o Estado Novo não duraria para sempre, mas também sentia o perigo de entregar-se o poder aos políticos da República Velha.

No começo de 1945 Getúlio Vargas afrouxou, ou foi forçado, as rédeas de sua ditadura.

Eu estava em Recife no dia em que houve um comício no qual morreu um estudante. Era o meu primeiro dia de embarque no Caça-Submarinos *Guaporé*.

Lá os acontecimentos políticos não repercutiam, mesmo porque estávamos constantemente no mar em serviço de escolta de comboios. Contudo, era patente que a agitação política ia num crescendo.

O comandante do navio era o então Capitão-Tenente Newton Tornaghi. Ele tinha sido integralista, mas nem por isso deixava de ser um excelente oficial naquela guerra contra os nazistas. Não me lembro dele falando mal de Getúlio Vargas, de quem, por certo, ele não gostava.

Lá por julho, o *Guaporé* recebeu um novo imediato, o então Capitão-Tenente Júlio de Sá Bierrenbach. Não me lembro dele falando mal de Getúlio Vargas, mas sim elogiando Washington Luiz, exilado em Portugal desde 1930.

Na minha aversão à República Velha dei um palpite infeliz. Disse para o imediato que Getúlio tinha muito mais a dizer ao povo brasileiro do que qualquer presidente da República Velha. Não custaria muito e o imediato daria o troco à minha impertinência.

O Golpe de 1945 – A deposição de Getúlio Vargas

Na noite de 29 de outubro de 1945 a maior parte dos navios da Força Naval do Nordeste estava atracada no Porto de Salvador⁴. Os comandantes e imediatos dos

3 N.R.: Francês, derrota, desastre.

4 N.R.: A Força Naval do Nordeste, terminada a Segunda Guerra Mundial, voltava para o Rio de Janeiro.

navios foram para terra a um jantar oferecido pelo governador do Estado da Bahia. Eu ficara a bordo, de serviço de estado. Lá pelas dez da noite encostei o serviço.

Enquanto eu dormia no sofá da praça-d'armas, importantes acontecimentos políticos ocorriam no Rio de Janeiro sob a batuta do General Góes Monteiro. Tais acontecimentos acabaram repercutindo na Bahia e uma das conseqüências foi o fim antecipado do jantar oferecido pelo governador aos oficiais da Força Naval do Nordeste. Tão cedo o imediato do *Guaporé* chegou a bordo de seu navio, ele me acordou e comunicou com visível satisfação:

O seu amigo Getúlio acaba de ser depositado lá no Rio.

Apalermado com a notícia, voltei para o sofá, pois teria que estar de pé no quarto d'alva.

Nos meses que se seguiram, de permeio às nomeações aos bordões feitas pelo Presidente José Linhares, surgiram os nomes dos candidatos à próxima eleição. Surgiu também um tremendo tribuno na pessoa de Carlos Lacerda.

Não gostei de ver dois militares disputando a Presidência, um apoiado pelas raposas da República Velha e outro pelos pelegos nascidos com o Estado Novo. A renovação política do País, a meu ver, não era promissora.

De qualquer maneira, depois de eleito, o Presidente Eurico Dutra, para surpresa minha, mostrou-se um convicto respeitador do que ele chamava de "livrinho" ou seja a Constituição. Devo dizer que não votei nele principalmente por o ter na conta de antigo "germanófilo."

O dia 18 de setembro de 1946 foi um dia feliz para mim. Em primeiro lugar porque comemoramos, em família, o aniversário de minha mãe e em segundo lugar por que foi promulgada a quarta Constituição da República.

Ingenuamente, acreditei que uma Constituição não outorgada duraria o restante de meus dias e que, com regras bem definidas, ela acabaria para sempre a participação das Forças Armadas no processo político. A minha ingenuidade duraria até 1954. Não há espaço aqui para recapitular o ambiente político do Brasil naquele ano.

O suicídio de Getúlio Vargas

Mas, naquela conjuntura, a vontade predominante não era apurar os fatos e sim aproveitar a oportunidade para colocar para fora o Presidente. E assim foi feito

No que me diz respeito, causava-me ansiedade a influência crescente de Carlos Lacerda na Marinha e sobretudo na Aeronáutica. Eu via naquilo um perigo para a união das Forças Armadas nas horas de crise. Deixara

eu de admirar Carlos Lacerda desde que o vira atacar de forma leviana e aética o Ministro da Marinha do Governo Dutra, o Almirante Sylvio de Noronha. Não que eu admirasse aquele Ministro da Marinha pois, para mim, ele era um almirante oriundo dos encouraçados, pouco sintonizado com os oficiais oriundos dos caça-submarinos. Mas, de qualquer forma, o Almirante Sylvio de Noronha era um oficial honrado e digno que, de forma alguma, mereceu os ataques torpes que Carlos Lacerda lhe fez por volta de 1948. E, com o passar dos anos, conclui que o grande tribuno, para alcançar seus objetivos, era capaz de tudo, impelido mais pelo ódio e pela ambição do que pelo desejo de defender causas justas.

Ocorreu então o atentado da Rua Toneleiro no qual morreu um oficial da Aeronáutica a serviço de Carlos Lacerda. Quase instantaneamente as coisas saíram dos controles normais na Força Aérea. Surgiu o que ficou sendo conhecido por República do Galeão. Não vi com bons olhos o desmanchar da hierarquia na Força Aérea, inclusive por conhecer uma das figuras proeminentes da República do Galeão, um oficial que era o síndico do prédio em que eu morava (um síndico arrogante que odiava fazer prestações de contas ou cumprir as decisões tomadas nas reuniões de condôminos).

Naqueles dias confusos, pela primeira vez na carreira, fui instado a me manifestar, oficialmente, sobre uma situação de crise político-militar. Foi em uma reunião de comandantes realizada no âmbito da Força de Contratorpedeiros. Eu comandava então o Caça-Submarino *Guaporé*, sendo um dos oficiais mais modernos presentes à reunião. Defendi o ponto de vista de que, se fosse provada a ligação do Presidente com o crime da Rua Tonelero, deveria ser pedido o seu *impeachment*, mas tudo dentro do previsto na Constituição. (A palavra *impeachment* só ficaria popular no Brasil por volta de 1992, mas já constava da Constituição de 1946).

Mas, naquela conjuntura, a vontade predominante não era apurar os fatos e sim aproveitar a oportunidade para colocar para fora o Presidente. E assim foi feito. Passei a noite de 23 para 24 de agosto de 1954 dormindo na praça-d'armas do *Guaporé* no mesmo sofá em que fora comunicado da deposição de Getúlio Vargas quase nove anos antes.

Pela manhã, saí pelo Cais Norte da Ilha das Cobras em direção ao *Belmonte* a fim de saber sobre um reparo de um equipamento de bordo. Ao subir a prancha do navio-oficina, escutei um alarido insólito. Logo em seguida vi um oficial amigo meu descendo a prancha. Ele me avisou com voz diferente:

“O Presidente acaba de se suicidar”.

Os “remendos políticos”

E assim começou a era dos remendos políticos destinados a durar anos.

Dias depois, refletindo sobre a situação político-militar do país e conversando com um amigo, manifestei o meu receio de que tínhamos ingressado num processo de riscos crescentes e conseqüências imprevisíveis.

O meu pessimismo em 1954 mostrou-se mais correto do que o meu otimismo de 1946.

Bem cedo apareceu no cenário político um general, até então apolítico, chamado Henrique Lott.

Quando o Presidente Café Filho resolveu licenciar-se por razões de saúde, o General Lott, subitamente, politizou-se.

O resultado foi o cruzeiro Rio-Rio do Cruzador *Tamandaré*, tendo a bordo um Presidente da República que era legítimo para uns, mas não para outros – Os outros o viam como uma peça menor de uma farsa política.

Coube-me ver da Escola Naval a lenta passagem do *Tamandaré* ao largo da Ilha de Villegagnon. Minutos depois vi dois ou três *sphashes*⁵ de tiros longos a algumas poucas centenas de metros do *Tamandaré*.

5 N.R.: splashes: colunas d'água levantadas pelo projétil que caiu ao mar.

Alguns segundos depois escutei o ri-bombar de canhões. Eram canhões brasileiros atirando contra um alvo brasileiro. Foram momentos deprimentes que só não foram piores por que o cruzador não respondeu ao fogo.

Através um novo "remendo político", foi colocado no poder o Dr. Nereu Ramos, o quarto presidente num período de alguns meses.

Senti grande alívio quando o Almirante Câmara⁶ assumiu a pasta da Marinha. Eu o via como um almirante apolítico com liderança capaz de colocar ordem onde falsos líderes procuravam faturar em cima da malograda saída do *Tamandaré*.

Pouco a pouco, o novo Ministro melhorou o ambiente naval. Ninguém, ao que eu saiba, procurou desacreditá-lo ou desmoralizá-lo, mas não era pequeno o número de oficiais que procuravam destratar os oficiais que serviam diretamente sob as ordens do Almirante Câmara.

No começo de 1955, vi isso em relação ao novo comandante-em-chefe da Esquadra, ao participar de uma viagem de instrução da Escola Naval realizada a bordo dos dois cruzadores.

Como o oficial mais antigo da Escola Naval, eu fui agregado ao estado-maior do comandante-em-chefe da Esquadra. Todos me trataram muito bem durante o meu destaque no *Barroso*, mas eu não podia deixar de ver que havia muito inconformismo a bordo em relação à nova situação nascida daquela época de golpes e contragolpes efetuados ou tentados. E aquilo, a meu ver, não era nada salutar, ainda mais numa viagem de instrução de aspirantes.

Certa noite, ao regressar para bordo do *Barroso*, atracado ao cais do porto do Recife, passei por barreiras de arame farpado colocadas nas proximidades da prancha de

acesso ao navio. Vi também muita gente armada de fuzil no convés principal. Chegado à praça-d'armas soube que um certo número de oficiais estava, naquele momento, participando de uma reunião com o governador do Estado de Pernambuco, um general que não rezava pela cartilha do General Lott, Ministro do Exército. Como eu tinha servido no navio por muito tempo, não me foi difícil procurar um oficial "lacerdista" na busca de uma explicação para aquilo tudo. Achei-o, mas ele nada me disse de importante. Fiz-lhe sentir que, embora os aspirantes estivessem integrados à tripulação do navio espalhados por suas divisões, eu esperava que ninguém tentasse fazê-los parte de qualquer aventura política. Felizmente não houve aventura alguma, ao que me parece porque o exame de situação do governador não o aconselhou a chegar à comparação de poderes combatentes.

Juscelino, Presidente da República

Poucos meses depois, o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente da República. Elegeu-se sem o meu voto, mas repudiei a tese de que ele não deveria ser empossado. Lembro-me de ter perguntado a um ferrenho "lacerdista" amigo meu: "Mas se Juscelino, proclamado vencedor do pleito pelo Tribunal Eleitoral, não pode ser o presidente, então, quem vai ser o presidente?" Não obtive resposta.

Na minha opinião, o Presidente Kubitschek falhou na consolidação das instituições democráticas do País ao se dedicar preponderantemente à construção de Brasília. Fez sua maior obra alicerçando-a em três mentiras, a saber: a nova capital é um imperativo para o

⁶ N.R.: Antonio Alves Câmara Junior.

desenvolvimento do Brasil; é um passo necessário para a moralização dos políticos e é um obra autofinanciável.

Seja como for, não se pode dizer que o Presidente Kubiitschek não tenha cumprido as regras do jogo. No que diz respeito à Marinha, ele manteve no seu cargo o Almirante Câmara, no que fez muito bem, a meu ver. Mas enquanto a Marinha retornava à normalidade, a Aeronáutica continuava em ebulição por força de suas divisões em facções politizadas. O resultado foram as aventuras de Aragarças e Jacareacanga. Não quer isso dizer que falsos líderes navais tenham permanecido inativos durante o governo Juscelino. Chegaram mesmo a pensar em aprisionar o Presidente a bordo do *Barroso* por ocasião de sua viagem Santos-Rio, realizada em Janeiro de 1957. Acredito que a conspiração tenha tido morte natural por falta de adesões.

O repúdio ao governo das três mentiras delineou-se de forma legítima através a eleição do Dr. Jânio Quadros para a Presidência da República.

A renúncia de Jânio Quadros

Parecia que uma nova era política ia iniciar-se no Brasil. Ledo engano. Sete meses depois, o meu navio, o Contratorpedeiro *Pará*, estava em águas catarinenses sob a atmosfera de guerra civil.

Depois de uma espera de dias a Batalha do Morro do Cavallo repetiu a Batalha de Itararé: não ocorreu.

Um remendo político a evitou. Mesmo tendo na pior conta os dotes políticos, administrativos e intelectuais do Dr. João Goulart, vi, na implantação do parlamentarismo, melhor solução do que a implantação de uma ditadura através uma guerra civil.

João Goulart, Presidente da República – As origens da Revolução de 1964

Eu tinha uma certa esperança de que o novo presidente, por astúcia e prudência, se mantivesse estritamente dentro da Constituição e do acordo político que acabara com o impasse criado com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Não foi assim. Para bosquejar o que foi o governo Goulart, prefiro recorrer, basicamente, ao que escreveu o Dr. Abelardo Jurema, Ministro da Justiça daquele governo. Recorro assim a um livro escrito por um exilado poucos meses depois da Revolução de março de 1964. Os trechos que selecionei do livro intitulado *Sexta-Feira 13* estão entre aspas seguido de um número indicador da página de onde saíram.

A meta número um do Presidente João Goulart foi acabar com o “remendo político” que o havia permitido chegar ao poder depois do veto dos ministros militares. Através um plebiscito ou seja um novo remendo, o remendo do parlamentarismo foi extinto. Mas, conforme observado por Abelardo Jurema, “para a administração com a campanha presidencialista e agora, após o plebiscito, a mesma estagnação com relação aos problemas em pauta das necessidades brasileiras”. (Pág. 49)

Era preciso agitar outra bandeira após a do retorno ao presidencialismo. A bandeira escolhida foi a da reforma agrária. Nas palavras de Abelardo Jurema, “o tema tomou conta de todos os conselhos do governo. Até quem não entendia nada e muito menos de reforma agrária passou a discutir nos corredores dos palácios presidenciais sobre reformas de base e principalmente a agrária. Era uma maneira de ficar prestigiado perante o Presidente. “Agitadores, injustiças, desatualização, despreparo, politiquice, demagogia e até idealismos mistura-

vam num *melting pot*⁷ que já se estava tornando explosivo". (Pág. 49)

Cercavam o Presidente vários assessores tão despreparados e demagogos quanto ele. Eram homens "dominados pela preocupação de não sair das manchetes para não decepcionar a massa. Em vez de liderarem opiniões são quase sempre liderados pelo povo. Não há argumentos para convencê-los quando têm à sua frente microfones. Deixam-se conduzir por conselheiros que mais são pontos magnéticos de milhares de eleitores do que mesmo assessores serenos e ponderados. Não es-

cutam outra voz senão a das multidões açuladas por eles próprios. É o retorno impressionante. Agitam para não perderem a liderança e se influenciam pelos efeitos que eles próprios despertam no povo. Agitam e se agitam nos fluxos e refluxos das suas apresentações ao público e cada vez vão mais longe na insofrida ânsia de não serem ultrapassados por

outros líderes que estão sempre, como nos programas de calouros, aguardando a vez", (Pág. 71). Tenho para mim que o Dr. Abelardo Jurema escreveu sobre o comportamento dos demagogos inspirando-se principalmente no Dr. Leonel Brizola, mas a verdade é que, no final de seu governo, João Goulart também se foi embebedando de forma crescente com suas tiradas demagógicas aplaudidas pela multidão.

Contudo "não seria o milagre da reforma agrária que resolveria todos os proble-

mas brasileiros em equação. Aqueles problemas mais instantes não puderam agüentar soluções de longo prazo. O custo de vida estava devorando tudo e acabaria por engolir toda a liderança popular do governo. Os preços em ascensão mirabolante davam-nos a impressão de absoluta ausência do governo nas feiras, nos mercados, no comércio em geral." (Pág. 51). As aperturas domésticas estavam incomodando mais a República do que toda a pregação reformista. O demagogo Jango Goulart prontamente sentiu isso do decorrer de comício da sexta-feira 13. Os aplausos maiores correram quando

ele "falou da ação do Codep e da Sunab, na defesa da economia popular, na prisão dos exploradores, nos propósitos de o governo dar batidas de Olaria à Rua Acre e no tabelamento dos aluguéis de casa". (Pág. 52). Já no dia seguinte, o Presidente queria assinar o decreto de tabelamento de aluguéis pois fora a referência ao mesmo

que "havia arrancado muito maior entusiasmo, delírio mesmo, do que temas de reforma, inclusive a agrária". (Pág. 52). "Salientou ainda o Presidente que sentira o povo vivendo o imediato custo de vida. Seria nesse campo que iria empregar toda a sua ação administrativa. Incentivou-me a continuar com a fiscalização da Sunab e do ODEP e estendê-la por todo o País. Pediu-me para regulamentar logo o decreto do tabelamento e organizar comandos de fiscalização para todas as grandes cidades.

Na semana seguinte, os atos de indisciplina coletiva, por parte de membros da Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, aumentaram em número e gravidade configurando um motim articulado

⁷ N.R.: *melting pot*: um cadinho para fundir metais, etc.

Encareceu-me botar a cabeça no travesseiro para outras medidas.” (Pág. 52).

Mas João Goulart não foi apenas um demagogo na Presidência da República. Foi também um Presidente de inteligência e cultura limitadas, que em nenhuma oportunidade foi capaz de planejar e comandar esforços coerentes na busca de objetivos adequados exeqüíveis e aceitáveis.

“Havia momentos em que o Presidente se afigurava, até mesmo aos mais íntimos, como uma verdadeira esfinge. Ninguém podia saber o que queria, o que desejava, o que planejava.” (Pág. 100). “Faltava-lhe capacidade de fixação em planos e métodos.

Assim, expunha-se às alternativas de conselheiros diversos, que motivaram transformações súbitas do governo ao encarar problemas instantes ou ao resolver crises administrativas ou políticas”. (Pág. 137).

“De tudo, o que mais me impressionou foi a maneira como eram combina-

das, no Palácio das Laranjeiras, as coisas mais sérias e tratados os planos mais importantes. A maioria das conversações com os seus ministros eram realizadas nas terrasses abertas do Palácio, com um sem número de pessoas transitando por todas as suas dependências e muitas delas pouco de nós as conhecíamos”. (Pág. 132).

“Lembro-me que, na discussão da retirada da mensagem do Estado de Sítio, de repente, em torno de nós estavam figuras completamente estranhas. Havia ingressado no Palácio com Darcy Ribeiro, que se retirara deixando-as ao nosso lado”. (Pág. 132). “Entre muitos dos auxiliares do go-

verno, mais por inexperiência, predominava o campo da amizade ou das ligações culturais e ideológicas, predominava o campo da amizade ou das ligações culturais e ideológicas sobre, mesmo, os interesses políticos e do próprio governo.” (Pág. 103). “Entre o radicalismo de uns e a moderação de outros, o Presidente ora se inclinava por uma solução ora se mostrava indiferente, ora suspendia as conversações.” (Pág. 99).

“Outras vezes gostava de pregar sustos aos seus auxiliares com jogadas imprevisíveis que pecavam apenas pela falta de

complementação, pela improvisações e falta de continuidade. Sobretudo pela sua imaturidade, pois o Presidente as lançava logo sem que estivesse armada ainda a alternativa para o êxito ou para o insucesso. Curioso: no manuseio com os políticos, com o fato político, com a própria administração, era ele lento, demasiadamente demo-

rado em qualquer solução definitiva. No jogo político, nas cartadas, nos lances, era precipitado e jamais aguardava o amadurecimento da idéia.” (Pág. 140).

Em setembro de 1963 eclodiu em Brasília a chamada Revolta dos Sargentos, logo controlada.

Da falta de contato do Presidente com os seus ministros “resultou o Presidente e o seu chefe da Casa Civil mostrarem-se brandos com os revoltosos, enquanto os ministros militares e da Justiça se pronunciavam com severidade e energia próprias de uma hora que poderia ser prenúncio de outros acontecimentos desagradáveis.”

Confirmando seu apoio aos amotinados, pediu ao Ministro da Justiça para apresentá-lo na reunião comemorativa do segundo aniversário de fundação da Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros

(Pág. 121). E o segundo ano de mandato do Presidente João Goulart chegou ao fim sem que ele pudesse apresentar ao povo brasileiro algo de alentador. Mas "seu sonho era passar à História como Grande Reformador e toda a sua inquietação era ver o tempo passar sem nada de positivo poder apresentar." (Pág. 137).

"Então o Presidente começou a planejar coisas.

"Primeiro uma mensagem ousada ao Congresso. Essa mensagem de início de sessão legislativa, em 1964, foi cuidadosamente preparada pelo *staff* presidencial sem participação de qualquer dos ministros, cuja colaboração foi de rotina, fornecendo elementos para a parte expositiva. O conteúdo. O conteúdo político era segredo de Estado.

Só nas vésperas é que o Professor Darcy Ribeiro fez chegar exemplares, bem encadernados, aos ministros." (Pág. 142). "Para que o Congresso reabrisse suas portas para a nova sessão legislativa de 1964 num clima de tensão política que o capacitasse a sentir uma

opinião pública definitivamente favorável às reformas, o Presidente programou um grande comício para o Rio de Janeiro, ao qual se deveriam seguir outros, em São Paulo, Minas, Pernambuco e Porto Alegre. Queria o Presidente trazer para as ruas o povo em massa. Para isso teve que recorrer às esquerdas, minorias atuantes que sabem boatar povo na rua." (Pág. 143).

E a aliança de Jango com os comunistas prontamente fez crescer a agitação nas ruas, nos campos e nos sindicatos. Pessoas com imóveis vazios passaram a ser ameaçadas. Estabelecimentos comerciais passaram a temer saques. Num clima de

tensão crescente realizou-se o comício da sexta-feira 13 com grande comparecimento de pessoas mobilizadas pelos sindicatos. Naquela sexta-feira, "o Presidente João Goulart dormiu sob os furos de uma noite de massas empolgadas pelo seu governo.

Na semana seguinte, os atos de indisciplina coletiva, por parte de membros da Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, aumentaram em número e gravidade configurando um motim articulado.

Em face do problema, o que o Presidente fez foi chamar o seu ministro da Justiça e queixar-se de seu ministro da Marinha, afirmando "que já por várias vezes recomendara àquele ministro (o da Marinha – Almirante-de-Esquadra Sylvio Borges de Souza Motta) que evitasse choques com a Associação de Marinheiros e Fuzileiros, pois, se já o governo não dispunha do Almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores." (Pág. 152).

"Confirmando seu apoio aos amotinados, pediu ao Ministro da Justiça para apresentá-lo na reunião comemorativa do segundo aniversário de fundação da Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros a ser realizada no Sindicato dos Metalúrgicos." (Pág. 152). Fez ainda, ao Ministro da Justiça, "falando em tom de conselheiro e amigo, várias recomendações, repetindo até o que deveria ser dito aos marinheiros." (Pág. 153).

Era o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas brasileira desmoralizando de alto abaixo a hierarquia de uma dessas Forças, ignorando o que já podia ser visto como um motim, de acordo com o Código Penal.

Era a rebelião aberta patrocinada pelo Presidente da República, pelos sindicatos e pela Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros

Isso nunca acontecera antes na história militar do Brasil!

Percebendo a gravidade do que o Presidente estava fazendo, o seu Ministro da Justiça promoveu “demarches e entendimentos para evitar a reunião no Sindicato dos Metalúrgicos”. “Mas havia o propósito deliberado de fazê-la. Devia haver interesse na substituição do Ministro da Marinha, devia haver algum irresponsável atuando nos bastidores”. (Pág. 155). “Os ouvidos estavam fechados à razão. Pressionavam até o governo, com a convicção de que entre almirantes do contra e uma marujada a favor, o governo não teria mais do que escolher os que contavam com o apoio sindical para uma greve geral no caso de conseqüência mais graves da reunião”. (Pág. 157).

E houve a reunião no Sindicato dos Metalúrgicos com toda sua seqüela de manifestações anárquicas e conseqüente demissão do Ministro da Marinha. Era a rebelião aberta patrocinada pelo Presidente da

República, pelos sindicatos e pela Associação de Cabos, Marinheiros e Fuzileiros.

Conforme bem assinalou o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, “os limites do tolerável já haviam sido alcançados. Não mais poderia o Presidente dialogar com uma tropa que já não obedecia aos seus superiores.” (Pág. 159). Assim, porém, não pensou o Presidente na sua função de agitador. Seguiu-se uma anistia comemorada com grande estardalhaço pelos amotinados, tão cedo saíram livres para as ruas.

Mas havia os 70 ou 80 por cento dos oficiais apolíticos, aqueles visto muitos

anos depois pelo Presidente Geisel como “amorfos”. Esses reagiram e entre eles estava um general chamado Castello Branco. Até um coronel pertencente à Casa Militar da Presidência da República, indignou-se com as ações predatórias do agitador com faixa de presidente, e declarou alto e bom som para o Ministro da Justiça que “não titubearia em lutar ao lado de Carlos Lacerda (a quem detestava) para manter a disciplina que havia sido violentada irreparavelmente”. (Pág. 163).

Contudo, por força da estratégia adotada, Jango resolveu dar mais um passo no sentido da desarticulação das Forças Armadas. Resolveu comparecer, pessoalmente, a uma concentração de sargentos e cabos a ser realizada no Automóvel Clube. Tancredo Neves e outros políticos procuraram dissuadi-lo da idéia. Não tiveram sucesso. Houve a concentração. Compareceram à mesma, além do Presidente, do novo Ministro da Marinha e de outras

altas autoridades, um inferior da Marinha em véspera de responder à inquérito por insubordinação.

Esse em seu discurso, “estava sublimado. Parecia fora da terra. Dava, sem dúvida a impressão nítida de quem não tinha preparo nem condições psíquicas e intelectuais para viver aquela posição de herói em que o haviam colocado.” (Pág. 175). Era o caso nunca antes visto no Brasil do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas prestigiando o deboche às vigas mestras das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia.

Era o caso nunca antes visto no Brasil do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas prestigiando o deboche às vigas mestras das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia

Quarenta e oito horas depois aconteceu o que tinha que acontecer: “basta” ao agitador e traidor.

E Jango Goulart fugiu sem achar tempo para informar as suas intenções aos seus ministros.

A maneira pouco digna e mesmo ridícula pela qual saiu ele do cenário brasileiro, consta no livro do seu Ministro da Justiça. “Pedrinho, um serviçal do Presidente, modesto e humilde chamou-me a um canto e me cochichou: — Ministro, o patrão de Brasília deve ir para Porto Alegre, pois ouvi, quando, pelo telefone, acertava ele a ida de um *Coronado* da Varig para ficar à disposição da Presidência da República. Fale com o Berta para arranjar outro avião e vá embora com os outros ministros para Brasília ou Porto Alegre. Esta foi a mensagem melancólica mas verdadeira que chegava aos ministros de Estado de toda a situação governista”. (Pág. 206).

Seria interessante saber o que teriam pensado Pedro II, Washington Luiz e Getúlio Vargas da fuga de Jango Goulart.

Aqui devo dizer que não acompanhei de perto a trajetória descendente de João Goulart da posição de presidente da República, despreparado à de fujão desmoralizado, passando pelos estágios intermediários de presidente demagogo e incompetente, agitador das massas e traidor no comando das Forças Armadas.

Fui, porém, durante uns três meses, em 1962, portanto dois anos antes desses eventos, vice-diretor do Cenimar (Centro de Informações da Marinha). Minha função naquele órgão era puramente administrativa, mas lembro-me muito bem da preocupação que o Diretor, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Roberto Teixeira de Freitas, tinha em relação à recém-fundada Associação dos Cabos, Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

O verdadeiro caráter daquela associação bem como sua atuação pode ser avaliada em trechos do livro *A rebelião dos marinheiros* de autoria de Avelino Biden Capitani. Ninguém melhor para apresentá-lo do que um de seus fundadores, um comunista que mais tarde tiraria cursos de guerrilha em Cuba e atuaria como guerrilheiro no Brasil (vide anexo A). Não tenho a menor dúvida de que o Diretor do Cenimar manteve o Ministro da Marinha perfeitamente a par dos intuitos subversivos dos dirigentes da nova associação. Duvido muito que o Ministro Sylvio Motta não tenha alertado o Presidente da República sobre os perigos do funcionamento, no seio de uma Força Armada, de uma entidade clandestina disposta a contestar ordens emanadas de cima. E sem dúvida, Jango mostrou-se irritado com o Ministro da Marinha quando alguns dos membros daquela organização foram presos por falta de disciplina e incentivo à insubordinação.

Inferese-se que a estratégia janguista tinha como linha de ação convocar às ruas as massas insatisfeitas, recorrendo ao *know-how* dos comunistas, e neutralizar as Forças Armadas, facilitando a proliferação da indisciplina entre os subalternos.

Tratava-se de uma estratégia semelhante àquelas adotadas pelos revolucionários russos em 1917 e alemães em 1918. Mas o contexto político do Brasil em 1964, embora fosse anárquico, era bem diferente daqueles vividos pela Rússia e pela Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial.

E também Jango não tinha a massa cinzenta da qualidade de Lenin ou Trotsky.

Não compreendeu que chegara à Presidência em 1961 graças à bandeira da “Legalidade” colocada em suas mãos estando ele longe do País.

Provavelmente teria chegado ao fim de seu mandato tivesse ele mantido compor-

tamento de obediência à Constituição próximo ao adotado pelos Presidentes Dutra e Juscelino.

Preferiu ser o "Grande Reformador", talvez inspirando-se em Getúlio Vargas. Não viu que lhe faltavam as qualidades necessárias. Passando à condição de agitador de rua e a de comandante-em-chefe que estimula a indisciplina, jogou fora a bandeira da legalidade, seu maior trunfo para ficar no poder. Conseguiu, porém, a repulsa até de oficiais de sua Casa Militar.

Em outras palavras, como estrategista, Jango Goulart foi de uma incompetência total. Escolheu objetivos inadequados, buscou alianças que fortaleceram o inimigo (os que o queriam ver fora da Presidência, como Carlos Lacerda) e fracassou na avaliação das possibilidades do lado contrário. Perdeu-se na decisão. Tão incompetente foi que na manhã do dia 1º de abril de 1964 ainda se julgava no controle da situação.

Para os simpatizantes do comunismo, João Goulart bem como Salvador Allende, foram aliados do poder devido à ações comandadas pela CIA⁸. Que continuem eles a acreditar nessa atitude. Qualquer pessoa séria, não marxista, que tenha estado no Brasil em 1964 ou no Chile em 1973, sabe perfeitamente bem o que levou as Forças Armadas dos dois países a atenderem a vontade popular e darem o "Basta".

Simplificadamente e aproveitando as palavras do Dr. Abelardo Jurema, em ambos os casos "os limites do tolerável foram alcançados".

E é justamente isso que grande parte da mídia hoje se esforça para tirar da história e da memória do povo brasileiro:

Passei os meses finais do governo Goulart nos Estados Unidos cursando o Naval War College. As cartas que de lá

mandei para meus pais foram preservadas. Em algumas delas constam as reflexões feitas na época em relação à difícil situação por que passava o Brasil. No anexo B são transcritos trechos dessas cartas.

Pelo menos para mim não está claro se João Goulart elaborou por iniciativa própria a estratégia que levou ao fim o seu governo juntamente com a "Quarta República" ou se o fez manipulado por sua assessoria mais próxima.

Desconfio que a eminência parda de seu governo tenha sido o seu chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro. Isso porque no livro *Sexta-Feira 13* o nome daquele antropólogo aparece em várias situações nebulosas e nos incentivos às indisciplinas nas Forças Armadas.

A par disso, durante um debate realizado em 1982, numa universidade a propósito da Guerra das Malvinas, vi de perto a incontinência verborrágica do ex-assessor de Jango Goulart. Dele escutei uma afirmativa inesquecível: a de que nos Estados Unidos não existe nenhum centro cultural comparável à Cidade do México.

Quando ao tema posto em debate, não abordou. Limitou-se a discorrer sobre as belezas das culturas indígenas das Américas.

Ignoro porque foi ele convidado para o debate. Contudo ele foi bem ovacionado pelos estudantes. E isto em 1982!

E O FUTURO?

Cabe perguntar se, no futuro, as Forças Armadas brasileiras, se verão compelidas a dar um "Basta" a um governo no poder como fizeram em 1964.

Quer-me parecer que não.

É difícil acreditar que cenário político semelhante ao de 1963-4 venha a repetir-se no futuro, com as mesmas cores e conseqüências.

8 N.R.: CIA (Central Intelligence Agency – Agência Central do Serviço Secreto norte-americano).

Embora políticos da estirpe de um João Goulart ainda existam no Brasil, o País está menos vulnerável à ação de demagogos e agitadores. Não só o Brasil amadureceu cultural e economicamente como também a capacidade revolucionária dos aliados de Jango, os comunistas, perderam a força com o desmanchar do bloco soviético na Europa.

Em 1964 o comunismo avançava na Ásia, África e América e a democracia brasileira, fragilizada por cerca de dez anos de "remendos", sequer foi capaz de tentar o

impeachment de um vice-presidente chegado à Presidência, Deus sabe como, e com objetivos, totalmente diversos dos defendidos pelo Presidente Jânio Quadros, normalmente eleito.

A rigor, sob o prisma democrático, João Goulart cometeu crimes políticos bem mais graves do que aqueles que seriam atribuídos ao Presidente Fernando Collor quase 30 anos depois.

Não é prudente, porém, ver-se a democracia brasileira como perfeitamente consolidada.

Embora ela hoje esteja bem menos sujeita aos vendavais suscitados por ideologias extremistas da esquerda ou da direita, ela continua a exibir fragilidades congêntas que não podem ser ignoradas.

Delas a mais evidente e mais importante, é o baixo nível moral e intelectual de proporção elevada dos homens públicos...

São dezenas de milhares de homens ocupando espaço político desde câmaras de vereadores de municípios marotamente criados até um Senado onde nulidades se insultam mutuamente. Por bons motivos, difundiu-se no Brasil a crença de que se nem todo político é patife, todo patife quer ser político. Essa triste realidade faz com que uma porcentagem elevada de cidadãos brasileiros seja cética em relação às virtudes da democracia

como alavanca do desenvolvimento social e econômico do País. Agravando o quadro, há um Poder Judiciário que se tem notabilizado na preservação de privilégios imorais, embora legais⁹. Se os conceitos de "cláusula pétrea" e de "direito adquirido" fossem na Grã-Bretanha e nos países nórdicos os mesmos aceitos

hoje pelo Poder Judiciário brasileiro, teria sido impossível àquelas nações extirparem pacificamente os privilégios de suas nobresas. Da mesma forma teria sido difícil abolir a escravatura no Império do Brasil.

No meu entender, a vigência da nova constituição de 1988 combinada com a implosão da Europa comunista fez com que a contextura política do Brasil de hoje tenha mais analogias com a existente antes

A rigor, sob o prisma democrático, João Goulart cometeu crimes políticos bem mais graves do que aqueles que seriam atribuídos ao Presidente Fernando Collor quase 30 anos depois

9 N.R.: Diz o Artigo 17 da Constituição: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título." Os parágrafos 1º e 2º desse artigo versam sobre "acumulação de cargos" na área da saúde.

de 1930 do que com a resultante do fim do Estado Novo. Passaram a pesar menos nos debates políticos as ideologias extremadas. Surgiram com força novos protagonistas, trazendo ao debate questões de âmbito estadual e mesmo municipal relegados a segundo plano pelos governos militares e antes pelo Estado Novo. Reflete esta volta ao passado as pretensões de governadores em discutirem um novo pacto federativo ao mesmo tempo em que renegam compromissos assumidos legiti-

mamente por seus antecessores no cargo. E também senadores pontificando sobre tudo sobre todos como se o Brasil ainda estivesse no tempo de Pinheiro Machado.

É difícil prever como esse novo estado de coisas pode evoluir mas ele, sem dúvida, não concorre para aprimorar a democracia.

Daí admitir-se a possibilidade de os militares serem chamados a, eventualmente, participarem de movimentos de redenção nacional na hipótese da atual estrutura po-

lítica brasileira falhar em bem equacionar os grandes problemas do país.

Isso ocorreu recentemente em países vizinhos do Brasil.

Surtos de autoritarismo costumam ocorrer onde as instituições democráticas funcionam precariamente.

Surtos de autoritarismo costumam ocorrer onde as instituições democráticas funcionam precariamente

Conforme já afirmado, é difícil o Brasil voltar ao clima político do começo de 1964, quando, para os 70 ou 80 por cento dos militares apolíticos o "limite do tolerável" foi ultrapassado por um agitador

de massas travestido de presidente da República.

Contudo, é bom recordar que para os restantes 20 ou 30 por cento de militares politizados, o importante não é o "limite do tolerável" mas sim o "limite do palatável".

Esse último limite foi alcançado em 1922, 1924 e 1930 para tenentes idealismo modernos e em 1945, em 1954, em 1955, e em 1968 para os que comandavam as Forças Armadas.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil /; Política; Revolução de 1964;

ANEXO A

TRECHOS DO LIVRO INTITULADO *A REBELIÃO DOS MARINHEIROS* DE AUTORIA DE AVELINO BIDEN CAPITANI

Capitani foi um dos fundadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Fez cursos de guerrilhas em Cuba e atuou no Brasil como guerrilheiro.

Os números que se seguem aos trechos transcritos são das páginas de onde saíram.

“Pela segunda vez em 50 anos, os marinheiros organizaram-se fora do controle do Estado-Maior da Armada” (23).

“Em pouco tempo, onde houvesse uma repartição da Marinha havia um núcleo da Associação” (23).

“Ao meu redor, formou-se um grupo de ativistas que me acompanhou até o final. A maioria foi expulsa” (24).

“Até nas reuniões, supostamente secretas, quem servia o cafezinho e datilografava as decisões tomadas era marinheiros que se protegiam por todos os meios e guardavam os segredos da Associação. Detectavam os membros do serviço de informações, desmascaravam e isolava-os. Assim, aos poucos, a situação se foi invertendo, e a massa de marinheiros transformou-se em um corpo de vigilância e informação para a Associação” (25).

“Prestamos ajuda direta e indireta para os camponeses do Estado do Rio de Janeiro que invadiam latifúndios.

Dávamos orientação de autodefesa e trabalhávamos junto à polícia para que não fossem atacados” (31).

“O objetivo era levar ao conhecimento público os problemas e reivindicações dos marinheiros para fazer maior pressão sobre o Estado-Maior da Armada” (31).

“O relacionamento com as entidades civis foi sendo ampliado também no campo político. Participamos da Frente de Mobilização Popular e estreitamos laços com a Frente Parlamentar Nacionalista” (31).

“Qualquer deliberação da diretoria aprovada em reuniões noturnas chegava a todas as repartições, mesmo situadas nos confins do Brasil ou em navios em alto mar, até às 7 horas da manhã seguinte.

Como isso acontecia foi, muitas vezes, um segredo até para a Diretoria.

Sabíamos que os transmissores dos navios eram usados secretamente para enviar mensagens nossas” (Pág. 35).

As autoridades navais “tinham muita dificuldade para atingir a estrutura interna da Associação. Sabiam o que todo mundo sabia – nomes dos diretores e delegados gerais – mas não conseguiam saber quem eram os subdelegados que atuavam nos fundos das repartições e nos porões dos navios, locais onde tudo acontecia e onde nascia a força da Associação” (24).

“Marco Antonio mandou-me uma mensagem:

– Capitani, se até a uma da madrugada não chegar uma contra-ordem da Associação, você deve tomar o Quartel de Marinheiros.

O mensageiro não chegou na hora combinada. Avisei os sentinelas: “A partir deste momento, o quartel está sob o comando da Associação e eu sou o responsável” (42).

“Éramos acusados de ser um centro de subversão e um foco de agitação que atingia todas as Forças Armadas. Considerando o ponto de vista deles era verdade” (43).

“Fomos condenados a dez dias de bailão pela participação em um ato considerado político. A Associação convocou uma Assembléia-Geral, que decidiu ficar em reunião permanente e declarar luto. Uma enorme faixa preta cobriu a sede da entidade”.

“João Goulart decidiu mandar nos soltar, mas o Ministro da Marinha resistiu” (45).

“A nossa prisão passou a ser quase simbólica. Ficamos dentro do quartel dos fuzileiros acompanhando tudo o que se passava no sindicato e fora, através de mensageiros.

Estávamos preparados para intervir com um grupo de fuzileiros se fosse necessário” (57).

“Resolvi enviar mensagens a todas as unidades, apelando para que pegas-

sem as armas e se concentrassem no Ministério” (65).

“Alguns navios ficaram com um número bastante reduzido de marinheiros que puseram areia nas caldeiras e retiraram as agulhas percutoras dos canhões jogando-as ao mar” (65).

“Quando chegamos ao Comando do Corpo de Fuzileiros, **Aragão disse:**

– O Presidente nos abandonou. Entregou tudo, está no Uruguai. Brizola deverá acompanhá-lo em seguida” (76).

“O nosso grupo chegou a Cuba num esquema de treinamento bastante rígido. O curso durou cinco meses. Tivemos aulas teóricas na cidade e depois fomos praticar nas montanhas” (99).

“Nosso objetivo era formar uma frente guerrilheira composta essencialmente por marinheiros e baseada na identidade política forjada na história da Associação” (101).

TRECHOS DE CARTAS POR MIM ENVIADAS DE NEWPORT

Newport, em 21 de janeiro de 1964

Conforme me contou um membro do consulado de Nova York, durante a crise de mísseis de outubro de 1962, o representante do Brasil na OEA não conseguiu uma definição do Presidente Goulart quanto a aprovação ou não do bloqueio naval determinado pelos Estados Unidos. Acabou aprovando o bloqueio à Cuba por conta própria.

Segundo consta nos meios diplomáticos brasileiros, o Embaixador Roberto Campos resolveu deixar o cargo porque nunca sabia direito o que o governo brasileiro queria e porque normalmente não obtinha de Brasília respostas adequadas às consultas que fazia.

Newport, em 1º de fevereiro de 1964

O problema agora é saber quem vai acabar primeiro: o Brasil ou o governo João Goulart”

Newport, em 11 de fevereiro de 1964

Soube que houve um aumento de vencimentos para os militares. Coitado do Brasil. Antes os aumentos eram anuais. Agora já são semestrais. Com certeza em breve serão semanais. Pelo que estou vendo daqui acho difícil o Brasil agüentar mais dois anos de João Goulart e Cia. Se a favela do morro do Pasmado foi mesmo abaixo sou obrigado a conceder alguns pontos de crédito ao Carlos Lacerda, mesmo sendo ele o inescrupuloso que é.

Newport, em 15 de fevereiro de 1964

Quinta-feira jantei na casa do diretor do Naval War College. Foi um jantar a rigor. O convidado de honra era o General Mark Clark, que ontem fez uma conferência no auditório da Escola sobre liderança e política externa.

Durante a mesma, fez referência a sua estadia no Brasil no ano passado. E também à presença da FEB na Itália durante a guerra.

Falou também das dificuldades com o General Giraud, do seu desembarque secreto na África antes da invasão em 1942 com a finalidade de persuadir os franceses a não resistirem.

Foi uma conferência bem interessante. Uma das pessoas convidadas para assistir à conferência foi o Almirante Hewit, comandante das Forças Armadas Aliadas no desembarque na Itália.

No jantar de quinta-feira tive a oportunidade de trocar algumas frases com o General Clark, mas a maior parte do tempo conversei com um ex-embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires. Ele parece admirar bastante o ex-embaixador brasileiro Roberto Campos, o tal que não agüentou mais a molecagem e a incompetência do Sr. Goulart.

Newport, em 21 de fevereiro de 1964

Diariamente acompanho no *New York Times* a situação do cruzeiro. Infelizmente é a moeda com mais zeros com referência ao dólar (0,00070). Na última semana constatei que ela caiu de 0,00070 para 0,00075. É um descalabro e uma vergonha.

Enquanto isso os nossos nacionalistas só falam em expropriar empresas estrangeiras e brasileiras de forma a garantir monopólios e nelas colocar corruptos e incompetentes.

Se não houver uma revolução nesses dois anos que faltam para o atual governo terminar seu mandato, acho que o "Seu" Goulart, do alto de sua incompetência e ignorância, vai ficar atrapalhado para explicar sua administração ao povo.

É duvidoso que os mais pobres estejam satisfeitos com o atual descalabro administrativo do governo e nem sequer existe a desculpa das agitações tipo Jacareacanga.

Agora quem promove a agitação e a indisciplina nos meios militares é o próprio governo.

Newport, em 21 de março de 1964

Vi no boletim da Embaixada o decreto tabelando os aluguéis. Falta agora o decreto obrigando os proprietários a alugarem seus apartamentos vagos.

Tudo indica que a intervenção estatal na iniciativa privada daqui para frente será cada vez maior.

Aparentemente o Presidente da República assumiu poderes legislativos totais sem encontrar grandes reações dos deputados e senadores.

Aqui de longe, acompanhando os fatos através notícias esparsas concluo que o Brasil está caminhando para uma explosão.

Newport, em 1º de abril de 1964

Recebi hoje a carta datada de 29, com as informações acerca da triste situação em que Goulart & Cia. colocaram o País e a Marinha. Parte dos fatos eu já sabia através dos jornais daqui e de conversa com oficiais brasileiros do *Custódio de Mello*, lá em Nova York.

Hoje pela manhã, o oficial turco, que é muito meu amigo e que gosta muito de escutar rádio, telefonou-me dizendo que estava em curso uma revolução no Brasil. Há alguns dias eu havia comentado com ele a possibilidade da eclosão de distúrbios no Brasil.

Liguei o rádio e entendi que a revolução começara por Minas Gerais. Depois entendi que o Quarto Exército havia aderido à Revolução.

Fiquei angustiado por nada escutar acerca do Primeiro e do Terceiro Exército.

Passei horas temeroso de que uma terrível guerra civil estivesse para acontecer no Brasil.

De noite as notícias eram bem mais tranquilizadoras.

Pelo que entendi desta vez as Forças Armadas ficaram unidas.

Não há dúvidas de que Goulart fez tudo o que era necessário para provocar uma revolução. Não sei se o fez de caso pensado ou porque é um imbecil.

Não soube ele aproveitar a oportunidade que lhe foi dada em 1961. Tivesse ele agido como um estadista poderia até chegado, tranqüilamente, ao final de seu mandato. Mas em nem uma oportunidade esforçou-se para cumprir as regras do jogo e sim para cumprir as metas da caterva que o cercava.

Agora paciência.

Que triunfe a revolução afastando para sempre do poder os que quiserem fazer do Brasil uma enorme Cuba.

Receio que esta custe e aí chegar por causa de greves ou distúrbios..

Newport, em 5 de abril de 1964

Escrevo hoje com o coração aliviado. Já não me sinto envergonhado de ser brasileiro e vejo que as possibilidades dos expulsos do poder em fazer alguma coisa é cada vez menor.

Continuo sem saber se Goulart fez tudo aquilo de propósito para algum dia voltar como mártir e herói dos desafortunados ou se ele é mesmo um medíocre em todos os sentidos. Não compreendo como ele não viu que ia haver uma reação depois de seus incentivo à indisciplina nas Forças Armadas.

Nem mesmo no Rio Grande do Sul encontrou ele apoio militar e era isso o que eu mais temia.

Eu tinha, porém, esperança de que depois do que aconteceu naqueles comícios inflamados, nenhum oficial mais ficara do seu lado a não ser os comprometidos com os comunistas. E isso aconteceu.

Um serviço, sem dúvida, devemos ao ex-Presidente Goulart: com sua imbecilidade ele uniu os militares pela primeira vez desde 1954. Isso é um novo fator a ser considerado na política brasileira.

Há agora o perigo de uma ditadura militar.

Juscelino mesmo está em perigo.

Se o Partido Trabalhista apresentar um candidato à eleição presidencial de 1965 e esse candidato vencer as eleições, duvido que os militares permitam a sua posse.

Dessa vez as coisas foram longe demais.

Os políticos brasileiros falharam totalmente em impedir que um grupo de energúmenos procurasse transformar o Brasil numa ditadura soviética. Agora vão ter que amargar, por algum tempo, a presença militar onde não souberam atuar.

Muito provavelmente vai começar em breve uma corrida para ver quem se candidata à eleição de 1965: Magalhães Pinto, Lacerda, Adhemar, etc. Isso de um lado. Do outro Juscelino vai querer cortejar os trabalhistas. Suas chances de vencer são grandes mesmo porque a maior parte dos brasileiros não vê conexão entre a construção de Brasília e o descalabro financeiro que aí está.

Mas é bom lembrar, por exemplo, que o Almirante Rademaker foi contra a posse de Juscelino em 1955 e era o Comandante da Esquadra em 1961 por ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

Para ele os últimos dez anos só fizeram confirmar suas convicções em relação a políticos como Goulart e Juscelino. Agora que ele tem o poder na mão não sei se ele e outros irão aceitar o eventual retorno de Juscelino à Presidência da República, ou de qualquer outro político com cheiro de descalabro de 1961-1964.

ÍNDICE REMISSIVO da Revista Marítima Brasileira

O Primeiro-Tenente Sabino Elói Pessoa, fundador da *Revista Marítima Brasileira*, definiu o propósito a que se pretendia atingir com a publicação, felizmente conservado durante sua existência de 150 anos: "... procurará difundir, por meio de artigos apropriados, tudo quanto possa contribuir para o melhoramento e progresso da nossa Marinha de Guerra e Mercante, quer no sentido científico, quer no sentido prático; e igualmente propagar idéias tendentes a dar impulso à administração da Marinha e suas delegações, segundo o melhor ponto de vista a que seja possível atingir...". E prosseguia: "... tendo em vista a índole desta publicação, protestamos solenemente a maior indiferença sobre política e prometemos não nos envolver em os seus tão sedutores quão perigosos enleios...".

O denodo e o talento dos articulistas, dos redatores e de suas equipes mantiveram o propósito inicial e o bom nível da revista.

Está sendo elaborado atualmente o Índice Remissivo da *RMB*, desde a data de sua criação – 1ª de março de 1851 –, resgatando uma "dívida" que não deveria ter existido. Através dele, nossos leitores terão à disposição um instrumento valioso de pesquisa sobre todas as matérias publicadas na *RMB* ao longo de seus 150 anos de existência.

Vários esforços haviam sido feitos anteriormente. No entanto, a obra completa carecia de decisão e abnegação, agora facilitadas pelos meios de informática disponíveis.

Não estamos distantes de sua conclusão e também não temos a pretensão de apresentar o Índice como a palavra final sobre o assunto. A sua observação mostra a magnitude do trabalho desenvolvido, que deve ser permanentemente revisto, principalmente com a colaboração dos leitores.

Em poucos dias estará disponível na Intranet (<http://www.mar.mil.br/~sdm/sdm.htm>) o Índice Remissivo, elaborado e organizado por décadas e à medida que forem prontificados.

Em março de 2001, concluímos cerca de 12 decênios, cinco deles em fase de revisão.

Almejamos terminar tudo até meados deste ano, quando entregaremos o Índice à gráfica, para lançamento em único volume – de 1851 a 2000.

Consultor do Índice Remissivo, seja um atento revisor deste trabalho. Precisamos de sua colaboração.

A DIREÇÃO